

ESTABILIDADE FAMILIAR ESCRAVA NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)¹

Napoliana Pereira Santana²

Resumo: Por meio de inventário *post-mortem* de um rico proprietário sertanejo, procuro analisar a formação e a estabilidade das relações familiares de escravizados que habitaram o alto sertão da Bahia, no Oitocentos, com a finalidade de verificar o impacto da partilha de bens entre herdeiros na manutenção e/ou rompimento dos laços parentais. Neste intuito, articulo as informações presentes nesse inventário, com a lista de matrícula e assentos de batismos.

Palavras-Chave: Família escrava; Estabilidade; Herança; Alto Sertão da Bahia.

O inventário de Francisco Joaquim de Souza Spínola é datado de 12 de janeiro de 1884. Trata-se de um rico proprietário de terras e cativos do alto sertão da Bahia³, residente na comarca de Caetité⁴. As avaliações dos seus bens resultaram no “montão os bens deste casal em vinte contos seiscentos e sete mil réis”⁵ (20:607\$000) e pouco mais de 54% desta cifra, correspondia ao valor dos 21 cativos

¹ Este texto faz parte de minha pesquisa de mestrado intitulada “O destino de escravos na herança senhorial: fazendas Curralinho e *Rio das Rãs* – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850-1888)”, sob a orientação da prof^a. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, Santo Antonio de Jesus – Bahia. Bolsista Capes.

³ Segundo Neves (1999: 119): “O Alto Sertão da Bahia, área angulada pelos rios São Francisco e seu afluente Verde Grande, que atualmente constitui partes das regiões econômicas do Médio São Francisco, Serra Geral e Chapada Diamantina (...). O processo de povoamento e ocupação econômica dessa região, onde os pioneiros se instalaram em tempos pretéritos, iniciou com fazendas de gado de Antônio de Guedes Brito, pecuária com trabalho escravo, contrariamente ao que informa a historiografia tradicional.”

⁴ Caetité foi elevada à vila em 1810, “obedecendo a um procedimento padrão: foram empossadas as principais autoridades (juizes ordinários, vereadores, procurador da Câmara e escrivão), ergueu-se o pelourinho, símbolo da autoridade, e, em frente ao mesmo terreno, erigiu-se a Casa de Câmara e Cadeia” (PIRES, 2003: 38). No ano de 1867, a antiga vila de Caetité, através de resoluções provinciais, foi elevada a cidade. Pires (2009: 35) pontua: “O termo de Caetité era composto por três freguesias: Santa Anna de Caetité, Nossa Senhora do Rosário do Gentio (atual Ceraíma, distrito de Guanambi) e Santíssimo Sacramento de Santo Antônio da Barra (Condeúba)”. O Censo Demográfico Brasileiro de 1872 estimou o número de 1.058 escravos (5,9% da sua população) pertencentes à freguesia de Caetité (NEVES, 2000: 106).

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

arrolados, todos adultos, totalizados em 11:140\$000⁶. Contava ainda na lista, três crianças ingênuas – Marcolino, Augusta e Rosa – filhas da escravizada “Durçulina”. Na listagem, apenas três escravizados tiveram suas funções descritas, “Conrado, [...] ferreiro”; “Éneas vaqueiro”; e “Pacífico, carpina, acompanhado com sua tenda”. O monte-mor foi partilhado entre seis herdeiros. O principal dentre eles era Gaudencio de Souza Spínola, inventariante e filho do falecido, recebeu “de seu quinhão e divididas do casal na importância de oito contos trinta e nove mil duzentos e cinquenta reis” (8:039\$250). Os genros do falecido, Pedro Gomes Leitão e Manoel Antonio Pereira, “por cabeça” de suas respectivas mulheres, receberam cada qual a quantia de 4:189\$250. Os demais familiares, Symphronio Rodrigues da Silva, Casimiro Rodrigues Gomes e Paulino José Pereira, herdaram cada qual o valor de 1:396\$416.

Diante da partilha de bens do senhor Francisco Joaquim de Souza Spínola, como ficaram as relações familiares dos seus escravizados? Mais especificamente, como a partilha abalou a estabilidade daquelas relações? Para buscar responder a essa questão, utilizo como fontes documentais, o inventário do referido senhor, a lista de matrícula de escravos (anexa ao mesmo inventário) e os registros de batismos de alguns dos seus escravizados. Estes documentos facultaram acompanhar as famílias escravas, desde 1846, data dos registros de batismos, até o ano de 1884, data do inventário. Assim, busco verificar o impacto da divisão da herança na vida familiar escrava.

1. As famílias escravas

⁵ APB. Inventário *post-mortem* de Francisco Joaquim de Souza Spínola. Classificação: 03/1191/1660/12. Ano: 1884.

⁶ Destacamos os demais bens do conjunto inventariado: 85 gado (3:995\$000); 6 eqüinos (205\$000); taxos grandes e pequenos (35\$000); Fazenda Junco (500\$000); terras “no lugar da Caróba” – Caraíba – (2:300\$000); casa da fazenda Caraíba (200\$000); benfeitorias da fazenda (200\$000); sítio do Lajedinho (400\$000); sítio dos Furados (400\$000); terras da Cachoeirinha (20\$000); roça no Lajedinho – mandioca e algodão – (105\$000); terras em comum (20\$000); 03 carros velhos (35\$000); instrumentos – foices, machados e picaretas – (32\$000) e dívidas ativas (1:020\$000). O monte-mor destes bens foi de 9:467\$000.

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

Em 14 de novembro de 1846 em ato de desobriga na fazenda Alegre⁷, localizada na freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima⁸, foi batizado o pequeno Cyrillo de nove meses, filho natural da preta Silvana, cativa pertencente a Francisco Joaquim de Souza Spínola⁹. Nessa data, Silvana já tinha uma filha, Ambrozia, de oito anos de idade. Com o passar dos anos, a família de Silvana viria a crescer ainda mais. Ela teve ainda os filhos: Eneas, Sibella, Frederico e Miguel; e dois netos, Lucrecia e Deziderio (ver abaixo Figura 1).

Os registros paroquiais trazem anotações de um número maior de crianças batizadas naquela fazenda, no mesmo ano de 1846: Fellipa, filha de Silveria; as irmãs gêmeas, Maria Victoria e Maria Luiza, filhas de Margarida; Athanasio, filho de Constança; todas com seis meses de idade e cativas do mesmo proprietário, Francisco Joaquim de S. Spínola.¹⁰

As atas de batismos apontam indícios de vida familiar dos escravizados pertencentes a esse rico fazendeiro. O cruzamento dessas informações com a relação de matrícula de escravos, anexa ao inventário, permitiu identificar a dimensão da rede familiar de sua escravaria, naquele ano de 1872. Trata-se de uma posse escrava formada essencialmente por núcleos familiares, mais especificamente, seis grupos familiares e destes, três subgrupos.

As famílias apresentaram uma média de 3,5 filhos por mãe. A escravizada Silveria apresentou um maior número de filhos, são sete e também um neto, Luis, filho de Fellipa (ver abaixo Figura 2). Em segundo lugar em número de filhos, temos a família da preta Silvana, com seis filhos e dois netos. Depois, a família composta por um conjunto de cinco irmãos: Clementino, Antonio, Fulgencio, Pulidoro, Tito, filhos de Belezia, que não aparece arrolada na lista de matrícula. Vale ressaltar, que três dos seus filhos, possuíam nesse ano de 1872, menos de seis anos de idade.

⁷ Não conseguimos ainda maiores informações sobre a fazenda Alegre. Mas, provavelmente, pertencia no século XIX, à família de Francisco Joaquim de Souza Spínola, pois foram localizados outros registros de batismos de escravos pertencentes a um parente (talvez um irmão), denominado Xisto de Souza Spínola.

⁸ De acordo com Vianna (1893: 558), essa freguesia "[...] data de 1718, uma das que criou o arcebispado D. Sebastião Monteiro da Vide. A Villa foi creada em 1746 pelo conde das Galveias."

⁹ Livro de registro de Batizados n° 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antonio do Urubu, fl. 53. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA.

¹⁰ Livro de registro de Batizados n° 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antonio do Urubu, fl. 53 - 54. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA.

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

Temos ainda, a família da escravizada Clemencia, com os filhos Conrado, Hilário, Caetano e Luzia. Outra família formada de quatro irmãos: Themoteo, Athanazio, Augusto e Roberto, filhos de Constança. E por último, a família de Margarida (que também não aparece arrolada), composta pelas duas irmãs gêmeas Maria Victória e Maria Luiza, e o filho de uma delas, Jovino.

O número e a idade dos filhos dessas mulheres cativas apontam para vínculos familiares que haviam se estabelecidos já há vários anos e cuja duração revela a estabilidade daquelas uniões. As famílias de Silvana, Silveria, Constança e Margarida, foram formadas no interior daquela escravaria, haja vista que os assentos de batismos demonstram que essas escravizadas já pertenciam ao mesmo proprietário quando geraram os seus primeiros filhos. Também não podemos descartar esta mesma possibilidade para Clemencia e Belezia. Apenas não conseguimos localizar (até o momento) nenhum registro de batismo dos seus filhos.

Com base no cruzamento das atas de batismos com a lista de matrícula, podemos afirmar que essas famílias permaneceram unidas por um longo período de suas vidas, trabalhando lado a lado, algumas por três gerações, como no caso das famílias de Silvana, Silveria e Margarida, com uma estabilidade acima dos 30 anos¹¹.

Figura 1

Família da cativa Silvana, 1872¹²

¹¹ É importante salientar, que os primeiros filhos dessas escravas foram batizados na fazenda Alegre (comarca do Urubu), já os demais filhos são descritos na lista de matrícula como naturais de Caetité. Podemos deduzir que esses escravos viveram certo tempo na referida fazenda, depois se mudaram para Caetité, passando a viver na fazenda Caraíba no Junco.

¹² Fonte: Lista de matrícula anexa no inventário *post-mortem* de Francisco Joaquim de Souza Spínola. APB. Classificação: 03/1191/1660/12. Ano: 1884.

I Encontro de História do CAHL
 Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
 18 a 21 de outubro de 2010

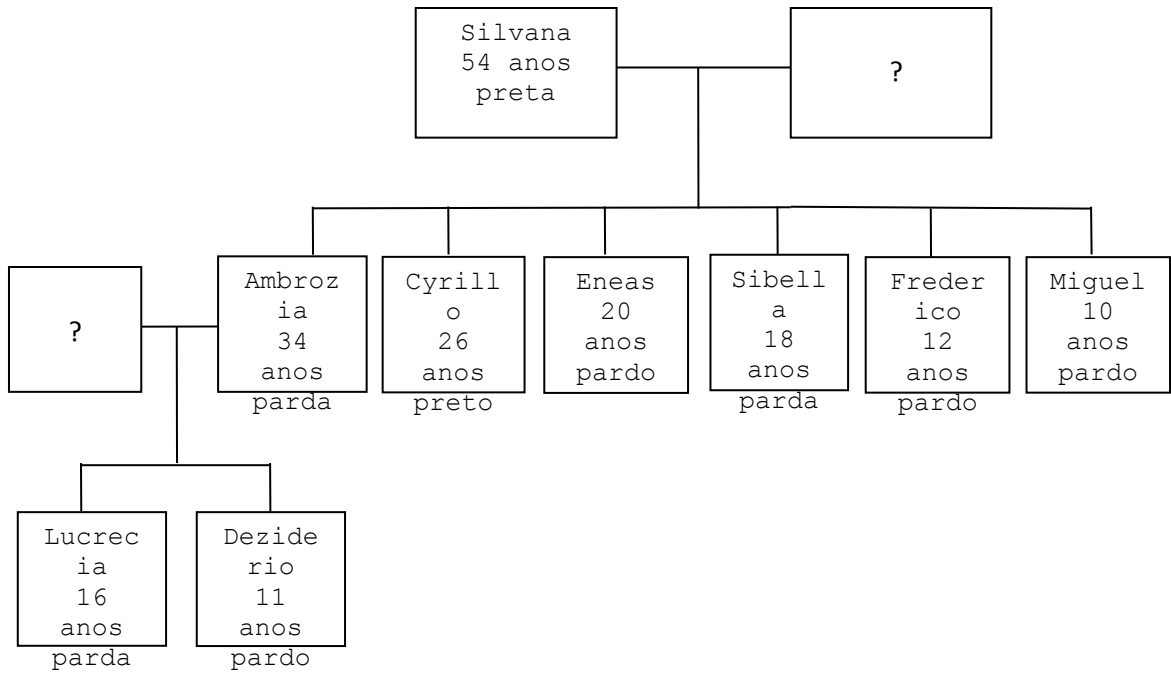
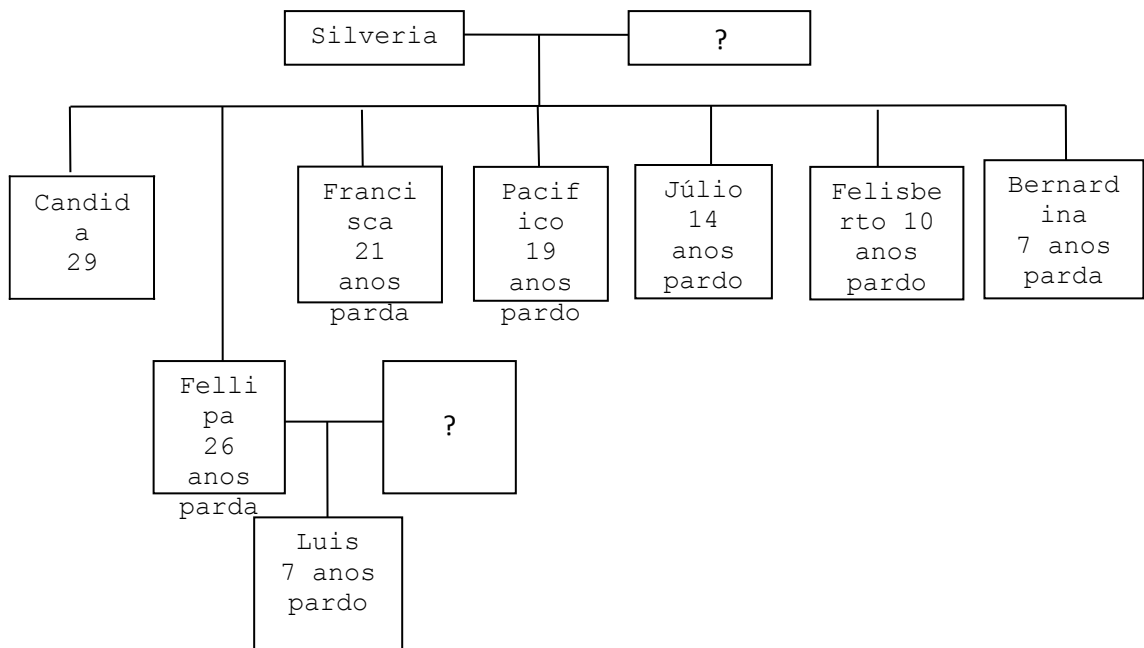


Figura 2
 Família da cativa Silveria, 1872¹³



¹³ Fonte: Lista de matrícula anexa no inventário *post-mortem* de Francisco Joaquim de Souza Spínola. APB. Classificação: 03/1191/1660/12. Ano: 1884.

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

Mas é preciso compreender que apesar dos fortes laços consangüíneos que uniram essas famílias, ainda assim, tratava-se de uma estabilidade precária, em face das relações escravistas. Neste aspecto, esse estudo coaduna com as afirmações apresentadas por José Flávio Motta e Agnaldo Valentim (2002), na pesquisa sobre a estabilidade das famílias escravas em Apiaí (São Paulo), no final do século XVIII e início do XIX:

É evidente que a estabilidade possível destas famílias não implica a inexistência de vicissitudes por elas enfrentadas. Assim, a própria irregularidade nos intervalos entre idades dos filhos pode ser resultado de falecimentos e/ou vendas de outros integrantes da prole ou, mesmo, decorre da existência de segundo casamentos, todos fenômenos que não podemos observar a partir das fontes compulsadas (Op. cit.: 177).

Os laços de parentesco presente na unidade escravista de Francisco Joaquim de Souza Spínola demonstram a importância da família na vida dos escravizados, pois “[...] ajudaram muitos cativos a conservar sua identidade e a lidar eficazmente com as pressões psicológicas da escravidão” (SLENES, 1976: 414 apud PIRES, 2009: 44). Por outro lado, o considerável crescimento vegetativo dessa escravaria sinaliza que muitos senhores locais dependiam basicamente da reprodução natural para o incremento da posse escrava. Mas, certamente, esse aspecto da escravidão sertaneja merece estudos mais específicos.¹⁴

A documentação analisada não menciona em nenhum momento a presença paterna no seio familiar escravo, constando apenas o nome da mãe e dos filhos. Podemos depreender que se tratava de relações consensuais, pois o nome do pai só era registrado, principalmente nas fontes eclesiásticas, se houvesse uma união legítima com a mãe da criança. Conforme notaram Florentino e Góes (2005: 214) sobre as listas de matrículas de escravos, “[...] os avaliadores de escravos só registravam o pai se esse fosse casado, como recomendavam as prescrições da Igreja Católica. Frequentemente, seguiam ao pé da letra o preceito latino *partus sequitur ventrem*.” Desta forma, apesar da ausência paterna nos documentos, em

¹⁴ Alguns estudos sobre o alto sertão da Bahia sinalizam esse aspecto. Cf. PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política do médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2001; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

muitas ocasiões, essa ausência não se configurava na vida prática, onde crianças cativas cresciam ao lado de seus pais e das suas mães.

2. O impacto da herança na vida familiar escrava

Muitos dos estudos históricos sobre família escrava têm demonstrado que a estabilidade da vida familiar estava diretamente relacionada ao tempo de vida dos proprietários. Segundo Sidney Challoub (1990: 111), no momento de morte do senhor os escravizados sentiam ameaçados de se verem “separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo o cortejo desconhecido de caprichos e vontades.” Contudo, análises recentes demonstram que nem sempre a morte do proprietário e a divisão de seus bens significou a desestabilização da vida doméstica e familiar escrava, o resultado dependia de cada contexto.¹⁵

A partilha de bens de Francisco Joaquim de Souza Spínola ocorreu no ano de 1884 e trouxe impactos na vida familiar daqueles escravizados. Com base nas descrições dos bens inventariados, percebemos que constava o número de 21 cativos do total de 36 arrolados na matrícula de 1872. Assim deixamos de acompanhar a trajetória de 15 escravizados. Como veremos, todas as famílias sofreram separações de pelo menos um de seus membros. Alguns provavelmente faleceram como o africano Cypriano, e as crioulas Silveria e Constança devido à idade já bastante avançada. Outros podem ter conquistado a liberdade; enquanto uma outra parcela, muito provavelmente, foi vendida para as “matas de café”, haja vista a ação de traficantes de escravos naquela região.¹⁶

Fatores conjunturais do alto sertão da Bahia explicam, em parte, a baixa de mais de 40% da posse de cativos de Francisco Joaquim de S. Spínola, entre os anos de 1872-84. Contudo, pelos bens arrolados no seu inventário, nota-se que conseguiu manter um padrão de vida relativamente elevado para o sertão baiano, mesmo com as crises econômicas nos anos finais dos Oitocentos. Dedicou economicamente, à criação de gado e ao cultivo de lavoura (algodão e mandioca). O

¹⁵ Sobre os estudos das relações familiares e suas estabilidades, ver: ROCHA (2006), MOTTA e VALENTIM (2002), SLENES (1999) e (1987), FLORENTINO e GÓES (1997).

¹⁶ Cf. PIRES (2009) e NEVES (1999).

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

número de cativos listados na partilha revela a “[...] vitalidade da escravidão no alto sertão da baiano às vésperas da abolição. [...] Sugerem que foram, sobretudo, os senhores mais ricos – com longa tradição agropastoril – aqueles que mais mantiveram os seus escravos” (PIRES, 2009: 42).

Na segunda metade do século XIX, aquela região sofreu um longo período de estiagem e trouxe sérias implicações na economia regional e, conseqüentemente, para a população cativa¹⁷. Maria de Fátima Novaes Pires (2009: 36 – grifos meus), esclarece sobre os desdobramentos daqueles períodos de secas na vida econômica de senhores locais:

Naquele momento, além da lavoura canavieira, a lavoura algodoeira do sertão sofreu sério arrefecimento da demanda européia e norteamericana. A região de Caetité destinava a maior parte da sua produção de algodão, até o início do século XIX, ao comércio exterior [...]. As secas, que não se restringiram ao sertão, também concorreram para ampliar as dificuldades econômicas dos senhores de escravos. *Muitos procuravam se desvencilhar de alguns cativos, seja como alternativa econômica, seja pela dificuldade de mantê-los, ou mesmo pela combinação de ambos os motivos.*

Outro fator que concorreu para que muitos proprietários se desvencilhassem de alguns dos seus escravos, foi o intenso tráfico interno que se estabeleceu naquela região, visto por muitos daqueles senhores, como alternativa lucrativa para a crise devido às altas dos preços dos cativos. Ao abordar sobre o tráfico interprovincial na comarca de Caetité, Pires (2009: 39), citando as pesquisas realizadas por Erivaldo F. Neves (2000), apresenta os seguintes números de escravos traficados:

[...] identificou a venda de 287 escravos em Caetité “para fora da província da Bahia”, dentre os 500 escravos vendidos no período de 1874-84. Considera que tais números deveriam ser maiores face às vendas efetuadas através de procurações e o registro de mais de um escravo por documento. De acordo com suas pesquisas, foram comercializados 500 escravos no período de 1874-84, dos quais 473 se referem ao período de 1874-79, e apenas 27 para o período seguinte de 1880-84. A faixa etária variou de ‘[...] 11 a 30 anos, com maior concentração na de 21 a 30 anos’.

¹⁷Como afirma Neves (2000: 103 apud PIREs, 2009: 36), “Depois da catastrófica seca de 1857-61, que despovoou os sertões nordestinos, novo período de estiagem disseminou o pânico popular, provocando a emigração em massa e a venda da escravaria [...] principalmente em 1877, quando prolongada seca provocou o desabastecimento regional, presumível fator desse comércio [...]”.

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

Levando em consideração esse contexto de crise e intensificação do tráfico interno, muito provavelmente, a grande maioria dos 15 cativos que não aparecem arrolados no inventário de Francisco Joaquim Spínola, naquele ano de 1884, teve como destino o tráfico interprovincial. Outro fator importante é a faixa etária de 9 dos 15 escravos, concentrada entre 11 e 30 anos, ou seja, a mesma faixa de idade da grande maioria dos escravos traficados de Caetité.

Ocorreu ainda, no contexto do tráfico interno no sertão baiano, a venda de todos os membros de mesma família escrava:

Famílias inteiras foram “negociadas”, mas não se pode precisar se continuaram integradas no destino de suas vendas. Muitos senhores, talvez temendo revoltas e buscando evitar maiores complicações, negociavam todos os membros de uma família ou os conservavam na região (PIRES, 2009: 44).

É possível que tenha sido esse o destino dos irmãos: Clementino, Antonio, Fulgencio e Tito, filhos de Belezia, haja vista que ambos escravizados, entre os anos de 1872-84 (provável período de suas vendas), estariam em pleno vigor físico. Assim, Pulidorio foi o único de sua família que ainda permaneceu em posse da família Spínola.

A consequência desse intenso tráfico interno foi a desagregação das famílias escravas, o que resultou em sofrimentos para suas vidas. Conforme Elisângela Ferreira (2005: 188): “Sem dúvida, existiam castigos mais cruéis do que aqueles que se limitavam às agressões físicas, pois atingiam o sentimento mais recôndito e infligiam marcas que o tempo não conseguia apagar. A separação dos parentes de sangue ou de afetividade era um deles”.

Os 21 cativos que compunham a escravaria de Francisco Joaquim de S. Spínola, no momento de divisão dos bens, foram partilhados entre quatro herdeiros do total de seis. Após a divisão da herança, encontramos, em 1884, membros de todas as famílias que estavam presentes em 1871, com algumas alterações. Somente a família formada pelos cinco irmãos, filhos de Belezia, desapareceu quase completamente, restando apenas um membro, como citado acima. Um novo núcleo familiar fora anotado no inventário. Tratava-se da escravizada Durçulina e os três filhos ingênuos, Marcolino, Augusta e Rosa.

Grande parte da família de Silvana, conforme Quadro 1 (abaixo), permaneceu unida até a partilha de 1884, com exceção da sua filha Sibella e sua neta Lucrecia,

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

que não foram arroladas entre os bens daquele proprietário. Assim, não dispomos de informações suficientes sobre o rumo dado à suas vidas. Se não alcançaram a liberdade, a possibilidade de terem sido vendidas é grande, dada a idade em que apresentam na década de 70, período em que o tráfico interno de escravos fora mais intenso. Outros membros dessa família foram partilhados na herança. Os irmãos Enéas e Miguel, foram herdados pelo filho do falecido, Gaudencio Spínola. Os demais irmãos, Cyrillo e Frederico, e seus sobrinho, Deziderio, tiveram cada qual um novo proprietário. As matriarcas Silvana e Ambrozia foram alforriadas.

Quadro 1

Família de Silvana, 1884 – Destino na herança

| Nome dos escravos | Idades | Destinos |
|--|------------|-------------------------------------|
| Silvana (matriarca) | 66 anos | Alforriada |
| Ambrozia (filha) | 46 anos | Alforriada |
| Cyrillo (filho) | 38 anos | Herdeiro Manoel Antonio Pereira |
| Eneas (filho) | 32 anos | Herdeiro Gaudencio Spínola |
| Sibella (filha) | 30 anos | Não aparece arrolada na partilha |
| Frederico (filho) | 24 anos | Herdeiro Paulino José Pereira |
| Miguel (filho) | 22 anos | Herdeiro Gaudencio Spínola |
| Lucrecia (neta, filha de Ambrozia) | 28 anos | Não aparece arrolada na partilha |
| Deziderio (neto, filho de Ambrozia) | 23 anos | Herdeiro de Pedro Gomes Leitão |

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

A família de Silveria (certamente já falecida) sofreu a perda de quatro dos seus membros, pois não aparecem arrolados no inventário. Sendo as irmãs Francisca, Bernardina e Fellipa, com o filho Luis. Também para esta família, não descartamos a possibilidade de venda. Talvez, mãe e filho (Fellipa e Luis) tiveram o mesmo destino.¹⁸ Os irmãos Candida e Julio foram herdados por Gaudencio Spínola; e Pacífico e Felisberto, por Pedro G. Leitão.

Quadro 2

Família de Silveria, 1884 – Destino na herança

| Nome dos escravos | Idades | Destinos |
|----------------------------------|------------|-------------------------------------|
| Silveria (matriarca) | - | Provavelmente falecida |
| Candida (filha) | 41 anos | Herdeiro Gaudencio Spínola |
| Fellipa (filha) | 38 anos | Não aparece arrolada na partilha |
| Francisca (filha) | 33 anos | Não aparece arrolada na partilha |
| Pacífico (filho) | 31 anos | Herdeiro Pedro Gomes Leitão |
| Julio (filho) | 26 anos | Herdeiro Gaudencio Spínola |
| Felisberto (filho) | 22 anos | Herdeiro Pedro Gomes Leitão |
| Bernardina (filha) | 19 anos | Não aparece arrolada na partilha |
| Luis (neto, filho de Fellipa) | 19 anos | Não aparece arrolado na partilha |

¹⁸ De acordo com Kátia Mattoso (1990: 127): “[...] a lei do Ventre Livre, de 1871, liberta todos os nascituros e interdita a separação de pais e filhos com menos de 12 anos de idade.”

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

Dos filhos de Constança, só Augusto não aparece no inventário. Themoteo continuou em companhia do irmão Athanazio, ambos herdados por Gaudencio Spínola. E Ruberto seguiu seu caminho individualmente, sobre o domínio de Pedro G. Leitão. A família de Clemencia também sofreu com o desmembramento. Essa escravizada foi alforriada e dois de seus filhos, Conrado e Hilário, foram herdados por Manoel A. Pereira. Já Caetano e Luzia, não sabemos se foram libertados ou vendidos. Por fim, a família composta pelas irmãs gêmeas. O destino de Maria Victória é incerto para nós, como dos seus demais companheiros de cativeiro que não foram arrolados no inventário. Mas, Maria Luiza e seu filho, Jovino, ainda conviveram juntos em terras do novo proprietário, Manoel Antonio Pereira.

Na partilha de bens, três escravizadas foram alforriadas: Silvana, sua filha Ambrozia, e Clemencia. Tratava-se de alforrias concedidas a pessoas que há muito tempo haviam dedicado ao serviço de seus proprietários. Segundo Pires (2009: 90): “Essas cartas foram pagas de diversas maneiras. Além disso, é preciso compreender que muitos desses escravos mesmo alforriados, permaneceram prestando serviços às famílias de seus antigos senhores, muito deles coagidos a continuar pagando cessão da sua alforria”.

A pesquisadora Mary Karasch (2000), aponta que as mulheres cativas detinham a preferência senhorial na conquista da liberdade. Dentre os fatores apresentados por esta autora, estão o menor custo em comparação com o escravo do sexo masculino, principalmente as mais velhas; à relação íntima com sua dona; e “[...] libertavam suas escravas velhas e enfermas a fim de evitar as despesas com elas (Op. cit.: 453). Não se pode precisar se tais fatores concorreram para a escolha daquelas mulheres para alforriar. O certo é que as ex-escravizadas Silvana e sua filha, Ambrozia, apresentavam as idades de 66 e 46 anos, respectivamente, no momento em que alcançaram a liberdade. E Clemencia, com 57 anos, “por julgarem louca, [...] em vista disso a considerarão livre, e declararão que servia esta verba de carta de sua liberdade, ficando a elles o onus de não desampararem”.¹⁹ Por outro

¹⁹ APB. Inventário *post-mortem* de Francisco Joaquim de Souza Spínola. Classificação: 03/1191/1660/12. Ano: 1884, fl. 4.

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

lado, essas mulheres na condição de libertas teriam maiores possibilidades de se manterem próximas aos familiares ainda sobre o jugo do cativo.

Muitos, dos membros dessas famílias escravas, adaptaram-se à nova realidade imposta. A força dos costumes, crenças e tradições adquiridas no convívio por anos com a mãe, avó, irmãos, tios e sobrinhos, sobreviveriam à separação forçada. Desta forma, podemos supor que o impacto da partilha não rompeu totalmente com os laços de afetividade e respeito, outrora já consolidados, que uniam aquelas famílias. Afetaria sim, uma convivência diária, pois não dividiriam mais o mesmo espaço de trabalho e moradia. Ainda assim, como vimos acima, não se aplicaria para todos os membros familiares. Mas principalmente, àqueles que tiveram como destino à venda para outras províncias. Havia ainda a possibilidade para os escravizados que foram transferidos de proprietários, continuarem a trabalhar nas mesmas terras do antigo senhor, mesmo que fracionada com a partilha. Ainda que fossem transferidos para outras terras dos herdeiros, ainda assim, teriam chances de contato dada a mobilidade presente em suas vidas²⁰.

Enfim, buscou-se aqui, apresentar algumas experiências de escravizados do alto sertão da Bahia, no que concerne a estabilidade de suas relações familiares e as vicissitudes enfrentadas ao longo de suas vidas, principalmente, com as constantes ameaças de separação de seus membros, seja por meio da venda, seja pela partilha de bens entre herdeiros.

Referências bibliográficas

FERREIRA, Elisangela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, 2008.

FLORENTINO, Manolo; e GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²⁰ As pesquisas sobre a escravidão no alto sertão baiano vêm demonstrando o quanto a mobilidade foi marcante na vida daqueles escravos. Eles transitavam para além do lugar onde moravam. Circulavam por fazendas, sítios, arraiais e pelas pequenas vilas, onde certamente, ampliavam as redes de convívio. Ver: PIRES (2009).

I Encontro de História do CAHL

Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA
18 a 21 de outubro de 2010

_____. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOTTA, José Flávio e VALENTIM, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, Salvador, n 27, p. 161-192, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs*. Sitienbus, Feira de Santana, nº 21, Jul/Dez. 1999.

_____. Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n 24, p. 97-128, 2000.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política do médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2001

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – 1830-1888*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordação na formação da família escrava no Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Escravidão e família: padrões de casamentos e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, p. 217-227, 1987.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.